

AUTONOMIA DO PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO: Um estudo sobre as concepções e práticas em Colégios Militares no Estado de Goiás.

AUTONOMY OF THE TEACHER OF MIDDLE SCHOOL: A study on the conceptions and practices in Military Colleges in the State of Goiás.

COSTA, Mirian Alves da¹
SILVA, Sullyvan Garcia da²

RESUMO

O artigo teve como escopo principal uma abordagem sobre a influência que os colégios da polícia militar do Estado de Goiás exercem sobre o desenvolvimento e construção da autonomia profissional de seu corpo docente, analisando os limites impostos por esses colégios no que se refere à autonomia dos seus professores de Ensino Médio em sala de aula. A metodologia utilizada para esta pesquisa teórico-empírica foi alicerçada em uma revisão de literatura ancorada em Brzezinski (2002), Gauche e Tunes (2002), e entrevistas estruturadas realizadas com 10 (dez) docentes do período matutino do ensino médio do Colégio da Polícia Militar de Goiás Major Oscar Alvéolos – Goiânia/GO. Para a análise de conteúdo foi utilizada Bardin (1977). A conclusão que se pode constatar é que embora os Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás, possibilitem uma autonomia considerável aos professores em sala de aula, esses possuem suas diretrizes trabalhadas de acordo com o sistema de militarismo, devendo os professores agir em concordância com as normas estabelecidas pela instituição escolar.

Palavras-chave: Autonomia. Professores. Colégio Militar. Polícia Militar.

ABSTRACT

The article had as main scope an approach on the influence that the colleges of the military police of the State of Goiás exert on the development and construction of the professional autonomy of its faculty, analyzing the limits imposed by these colleges with regard to the autonomy of the teachers in the classroom. The methodology used for this theoretical-empirical research was based on a review of literature anchored in Brzezinski (2002), Gauche and Tunes (2002), and structured interviews carried out with 10 (ten) teachers of the high school morning period of Police College Military of Goiás Major Oscar Alvéolos - Goiania/GO. For content analysis, Bardin (1977) was used. The conclusion that can be verified is that although the Military Police Colleges of the State of Goiás allow a considerable autonomy to teachers in the classroom, these have their guidelines worked according to the system of militarism, and the teachers must act in agreement with the norms established by the school institution

Keywords: Autonomy. Teachers. Military School. Militarypolice.

¹Mirian Alves da Costa aluna do curso de Pós Graduação em Polícia e Segurança Pública do Comando da Polícia Militar de Goiás – CAPM, miriamac2005@yahoo.com.br; Goiânia-GO Abril de 2018

²Sullyvan Garcia da Silva: Mestre em Educação e Professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, sull.garcia@hotmail.com, Goiânia-GO, Abril de 2018.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Educacional de Goiás foi marcado na década de 90 pela implantação dos Colégios da Polícia Militar, que surgiram com a proposta de preparar as crianças e adolescentes para a sociedade do futuro, permitindo que esses descubram suas próprias potencialidades, e construam o conhecimento necessário para a formação de um indivíduo crítico e cidadão.

Esses colégios emergem a partir de uma transferência da gerência pública de ensino básico, realizada pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás, para um gerenciamento atravessado pelo poder da Secretaria de Segurança pública e comando da Polícia Militar. Tal modificação não se deu somente aos alunos das escolas antes estaduais para atualmente, militares, mais também para o corpo de funcionários públicos profissionais da educação formal.

Toda essa modificação ocorrida nos moldes educacionais do Estado de Goiás, que delimitou algumas escolas públicas ao gerenciamento da Secretaria de Segurança Pública e Polícia Militar, motivou um estudo mais detalhado sobre o tema: Autonomia do Professor de Ensino Médio: um estudo sobre as concepções e práticas em Colégios Militares no Estado de Goiás.

A disciplina e o respeito à hierarquia são princípios consagrados no Regimento Interno desses colégios e devem ser priorizados por todos, sejam alunos ou funcionários.

Essa forma de conduzir uma instituição de ensino remete a vários questionamentos, sendo destacado o seguinte:

Existe autonomia dos professores quanto à elaboração e ministração de suas aulas? Ou os mesmos devem somente seguir um *script* imposto pela instituição?

Com foco nos Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás, esse estudo tem como objetivo principal: Identificar a influência que essas instituições exercem sobre o desenvolvimento e construção da autonomia profissional de seu corpo docente.

Já como objetivos específicos busca-se:

- i Analisar o contexto de implantação dos colégios da Polícia Militar no Estado de Goiás;
- ii Avaliar o potencial dos mesmos na busca por qualificação profissional de seus professores;

- iii Compreender os limites impostos pelos colégios da Polícia Militar quanto à autonomia dos seus professores de Ensino Médio em sala de aula.

Para entender o propósito do tema escolhido para esse estudo, foi desenvolvida primeiramente a revisão de literatura, a acerca do processo de construção de identidade profissional e autonomia do professor e a prática que esse constrói no espaço de uma escola militar.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A educação é um direito fundamental inerente a qualquer indivíduo conforme leciona a nossa Carta Magna, sendo um ponto forte de criação e recriação de cultura, valores e até mesmo da sociedade.

É a partir da educação que um indivíduo se vê entrelaçado à sociedade, passando e adquirindo inúmeros conhecimentos, o qual o constitui e legitima como cidadão.

Ressalta se que a educação ultrapassa as paredes de ambientes escolares, quais sejam as escolas. Essa vem de dentro da família, das relações de amizade e de convivência, bem como, da própria busca do indivíduo em se humanizar como parte integrante de uma sociedade. Contudo, somente o ensino adquirido em um ambiente escolar, é capaz de agregar valores de cidadão, de abrangência de conhecimento de mundo e de culturas.

É na escola que se é adquirida a moldura de vivência e convivência em sociedade, onde acontecem encontros e relações que permeiam o questionamento de valores e conseqüentemente a construção de parâmetros sociais de vida.

Buscando formar, aperfeiçoar e especializar crianças e adolescentes na cultura militar foi implantada em Goiás a Lei nº. 8.125 de 1976, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Goiás, a qual criou o CPM – Colégio da Polícia Militar como órgão de apoio ao ensino.

Os Colégios da Polícia Militar iniciaram suas atividades no campo da educação básica apenas no período democrático a partir da década de 1990. Porém, suas estruturas seguiam a mesma forma de administração do Regime

Militar, seguindo as mesmas estruturas e normas rígidas de disciplina e hierarquia existentes em quartéis.

Os colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás somente foram efetivados em 1998, ano no qual foi formada uma Comissão composta por policiais e pelo comandante da época, a qual solicitou junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE) autorização para trabalhar no ensino de crianças e adolescente. Dentre as principais propostas pedagógicas de ensino a serem aplicada nos CM, cita se a priorização de princípios e práticas de um ensino moderno e atual pautado em valores tradicionais.

Os Colégios têm como meta levar seus alunos à descoberta das próprias potencialidades, à autorealização, à qualificação para o trabalho e prepará-los para a vida como cidadãos, educados conforme os valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro (BRASIL, 1988).

A Lei nº. 14.044 de 21 de dezembro de 2001 foi aprovada com efeito retroativo a 1999 pela Assembleia Legislativa Estadual de Goiás, descrevendo a forma de administração dos Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás. Vejamos o que diz a referida Lei:

Art. 1º. As unidades do Colégio da Polícia Militar (CPMG), criadas por lei, destinar-se-ão ao ensino fundamental e médio e serão instaladas e ativadas sob comando e direção de oficiais da ativa (QOPM) dos postos de Tenente Coronel e Major, com graduação acadêmica superior e possuidores de curso de especialização em ensino ou equivalente, obedecida a estrutura orgânica prevista pela Secretaria da Educação.

Parágrafo único. É facultado o exercício das funções de que trata este artigo por pessoal inativo da Polícia Militar de Goiás, preenchidos os requisitos exigidos para os oficiais da ativa.

Art. 2º. As unidades do Colégio da Polícia Militar serão submetidas à supervisão da Secretaria da Educação, que as proverá de recursos humanos, logísticos e do apoio necessário ao seu funcionamento, mediante convênio.

§ 1º. A administração das unidades do Colégio da Polícia Militar será exercida de acordo com o respectivo regimento interno.

§ 2º. Haverá em cada unidade do Colégio Militar uma secretaria, que será coordenada por secretária geral diretamente ligada à Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa da Polícia Militar.

§ 3º. Os comandantes-diretores das unidades do Colégio da Polícia Militar serão designados pelo Comandante-Geral da Polícia Militar.

Art. 3º. As denominações históricas das unidades dos Colégios da Polícia Militar serão reguladas pelo Comandante-Geral da Polícia Militar, a quem compete estabelecer o brasão, os estandartes, as insígnias de comando e os demais símbolos que lhes forem pertinentes. (LEI nº. 14.044, 2001)

A respeito do corpo docente cumpre ressaltar que eles não são policiais, são professores pertencentes ao quadro da Secretaria de Estado de Educação,

devendo executar suas atividades educacionais de acordo com o comando, orientação e direção da escola.

O professor é uma das figuras de maior destaque no processo educativo do indivíduo, é ele um dos responsáveis pela formação de cidadãos conhecedores dos valores humanos, da vida e da sociedade.

A formação de um professor é requisito fundamental para que esse ministre aula tanto no ensino fundamental quanto no médio, contudo, percebe-se que o conhecimento adquirido e a ser repassado pelo professor de ensino médio deve ser mais abrangente. Esse professor precisa estar em constante pensar e repensar de sua atuação dentro da sala de aula, buscando formas inovadoras de entusiasmar e trazer o aluno para o contexto escolar.

São estabelecidas pela Lei nº. 9.394 de 1996, as diretrizes e bases da educação nacional, que disciplinam a educação escolar por meio do ensino em instituições próprias, com vistas no conhecimento de trabalho e às práticas sociais. O artigo 13 da referida lei, também citado no PCNs (Ensino Médio, p. 42) trata das funções a serem desempenhadas pelo professor:

- I. Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II. Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III. Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV. Estabelecer estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento;
- V. Ministras os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (LEI nº. 9.394, 1996).

Quando do ingresso em colégios da Polícia Militar, os professores se veem obrigados a deixar de percorrer seu próprio caminho profissional, para assumir uma postura de empenhamento autoformativo e de autonomizante, em virtude de serem esses colégios, instituições que presam pela disciplina e pela obediência à hierarquia, bem como, a regras e normas condizentes ao sistema militar brasileiro.

Muito se tem falado desde os anos 80, a autonomia das escolas e do educador tomando como base suas necessidades e capacidade de individualização e personificação do ensino, considerando ser essa a ferramenta necessária à diminuição de profissionais alienados, que apenas reproduzem o que aprendem, e

ao crescimento de construtores de ideias que busquem um novo ideal de ensino, com práticas docentes de conscientização e desenvolvimento individual e coletivo do cidadão. A autonomia de acordo com Gauche e Tunes (2002, p. 36), “é aquela capacidade e vontade de se ter um projeto, uma ideia e desenvolver essa ideia, Se tem a liberdade de desenvolver aquele pensamento, aquela ideia que se propôs”.

Assim como qualquer outro ambiente educacional, os Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás possuem o seu Regimento Interno, onde constam todas as informações necessárias à organização básica da instituição. O artigo 4º do referido regimento relata sobre os princípios, fins e objetivos da educação, explanando sobre a valorização do profissional e sua liberdade de expressão, vejamos:

Art. 4º. O ensino ministrado será baseado nos seguintes princípios, fins e objetivos: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, dentro das normas previstas neste Regimento; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - valorização do profissional da educação escolar; VI - garantia de padrão de qualidade; VII - valorização da experiência extraescolar; VIII - vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; IX - gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação do ensino deste CPMG (CPMG, 1998)

O artigo 43 do Regime Interno do CPMG aborda sobre a autonomia dos professores dentro da instituição:

Art. 43 - O Corpo Docente será composto por professores devidamente qualificados e habilitados para a docência do ensino fundamental (6º ao 9º Ano), e do ensino médio (1ª à 3ª Série), bem como, de militares que preencham os requisitos do magistério.

(...)

VI – utilizar dinâmicas inovadoras variando métodos e técnicas de ensino, de acordo com cada turma e conteúdo a ser ministrado para alcançar os objetivos propostos;

(...)

XIV – participar e incentivar a participação do corpo discente de atividades cívicas, culturais, esportivas e educativas promovidas pela comunidade escolar;

XV – promover e manter relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas e demais membros da comunidade escolar;

XVI – atualizar seus conhecimentos, habilidades e experiências;

XVII – participar como parte integrante do Conselho Escolar;

XVIII – participar na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico (CPMG, 1998).

Quanto ao equilíbrio que deve haver entre escola e corpo docente no que se refere à autonomia, cumpre neste tocante ressaltar os dizeres de Brzezinski (2002):

A autonomia profissional deve se desenvolver em consonância com as reflexões que o indivíduo elabora sobre suas obrigações, conhecimentos, sua capacidade de decisão e ação. Quando as condições institucionais não favorecem esse desenvolvimento e crescimento em direção à autonomia profissional, a tendência é a de que os professores se limitem (por determinação ou por acomodação) a apenas cumprir tarefas no espaço escolar (BRZEZINSKI, 2002, p. 23).

Embora sejam os colégios da Polícia Militar, instituições que conduzem a educação de uma forma diferenciada e peculiar das demais, estando pautadas em regras e normas disciplinares do sistema militar. Tais instituições buscam valorizar seus profissionais, possibilitando aos mesmos, aprendizagem e construção de sua identidade profissional.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste artigo, sobre a autonomia do professor de Ensino Médio mediante as concepções e práticas educacionais dos Colégios Militares do Estado de Goiás, compreendeu uma pesquisa de cunho exploratória com arcabouço teórico fundamentado em Brzezinski (2002), Gauche e Tunes (2002), bem como, documentos oficiais como a Constituição Federal (1988), Regimento Interno dos Colégios Militares em Goiás (1998). Este trabalho contou ainda com uma pesquisa empírica, no qual, foram entrevistados 10 (dez) docentes do período matutino do ensino médio do Colégio da Polícia Militar de Goiás Major Oscar Alvéolos – Goiânia/GO.

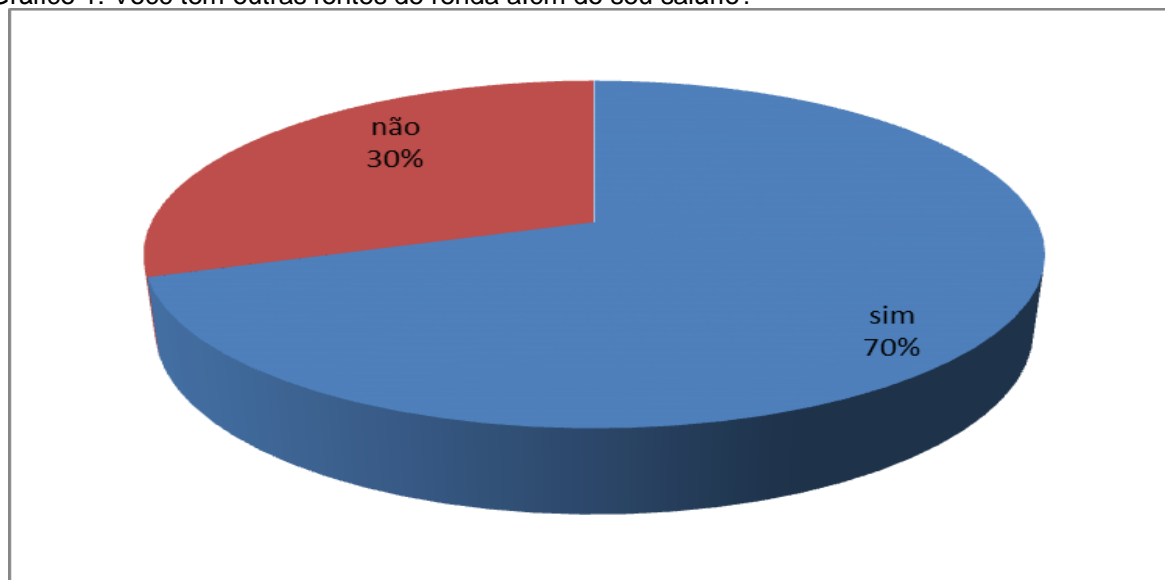
O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário estruturado idêntico para todos os docentes, contendo 17 (dezessete) questões objetivas e 03 (três) subjetivas. Neste questionário foi solicitado a unidade em que trabalha, nacionalidade, data de nascimento, estado civil, idade, escolaridade e identificação nominal dos mesmos. A entrevista foi realizada metodologicamente submetida às narrativas e à análise de conteúdo (BARDIN, 1977) bem como, análise para uma maior interpretação estatística dos dados obtidos, conforme Ieciona Barbetta (2006).

O principal objetivo da utilização da entrevista como instrumento metodológico é realizar um diagnóstico sobre a influência que os colégios militares têm na construção e desenvolvimento da identidade do profissional docente, e ainda, como essas instituições avaliam o potencial de seus professores, propiciando a elaboração de um estudo mais detalhado e satisfatório acerca do tema sugerido neste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos na coleta de dados, tem-se que dos 10 (dez) docentes questionados, 80% estão insatisfeitos com o salário que recebem como professores dentro do colégio militar, 20% parecem estar satisfeitos com o que ganham. Em relação a ter outra fonte de renda além do salário de professor, conforme mostra o Gráfico 1 tem-se que 70% dos entrevistados trabalham em outro lugar, ou em outra profissão, somente 30% responderam ter apenas o salário do Colégio Militar como fonte de renda.

Gráfico 1: Você tem outras fontes de renda além do seu salário?



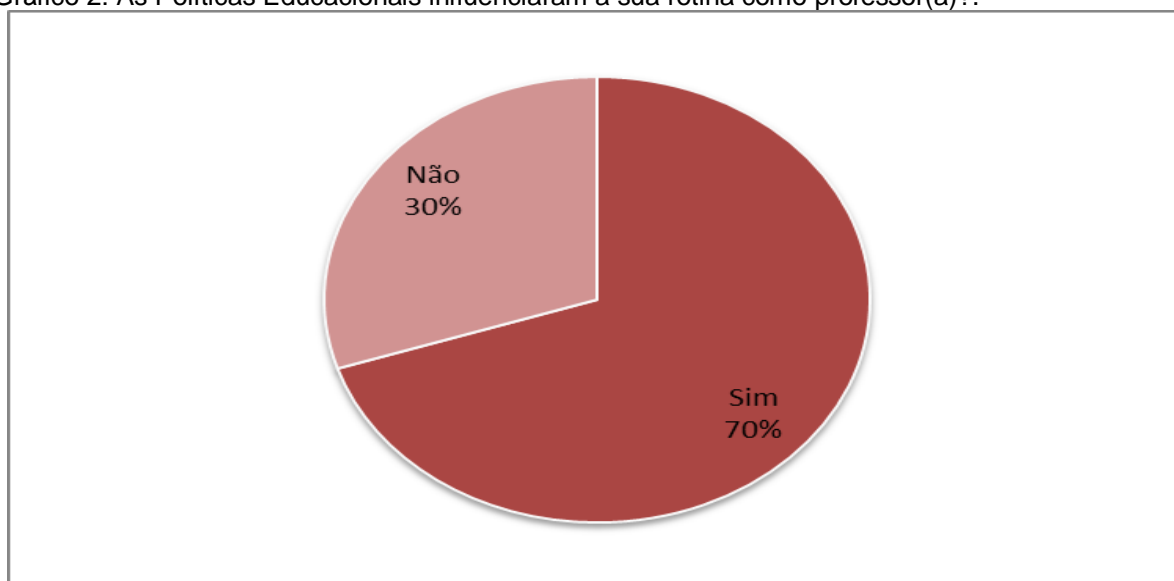
Fonte: o autor (2018)

Ao serem questionados sobre a profissão de docente de ensino médio, 100% dos entrevistados responderam ser essa profissão sua primeira opção, tendo divergência somente na quantidade de tentativas para ingresso no curso. 90%

passaram de primeira e 10% a partir da segunda tentativa. Em relação aos motivos que os levaram a optar pelo curso de docência, considerando uma escala de 01 (um) a 05 (cinco) sendo o número 01 de maior importância e 05 o de menor. O ponto de maior destaque nas opções foi a opção “por ideal” obtendo 07 (sete) pontuações de número 01, ou seja, de maior importância.

Partindo para as questões direcionadas às condições de trabalho, 50% dos entrevistados não souberam formular sua opinião em decorrência do pouco tempo de trabalho na instituição. 20% discordaram das condições de trabalho e 30% concordaram serem as condições de trabalho oferecidas suficientes para o trabalho como docente. Sobre as atividades desempenhadas na instituição correlacionadas à carga horária contratada, 80% dos entrevistados responderam estar adequada e somente 20% discordaram. Questionados sobre a relação das políticas educacionais com a rotina docente, 70% dos entrevistados disseram que as políticas influenciam “sim” na rotina docente, e 30% responderam que “não” percebem influência alguma.

Gráfico 2: As Políticas Educacionais influenciaram a sua rotina como professor(a)?.

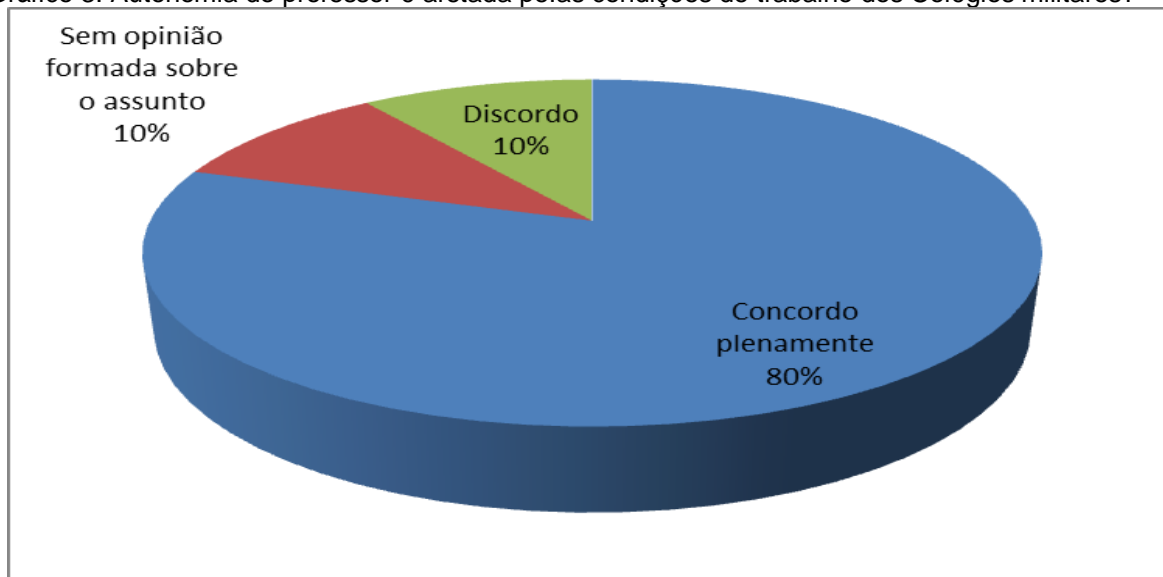


Fonte: o autor (2018)

Chegando às questões determinantes da pesquisa, ou seja, a autonomia desses docentes em Colégios Militares, 80% dos entrevistados responderam ter autonomia de decisão no cotidiano de seu trabalho, 10% não têm opinião formada sobre o assunto e 10% discordaram. Quanto aos recursos materiais, espaço físico e tempo disponibilizado para esse universo, 70% responderam que existem tais

condições de trabalho, 20% não opinaram sobre o assunto e 10% responderam que tais condições não fazem parte do seu cotidiano.

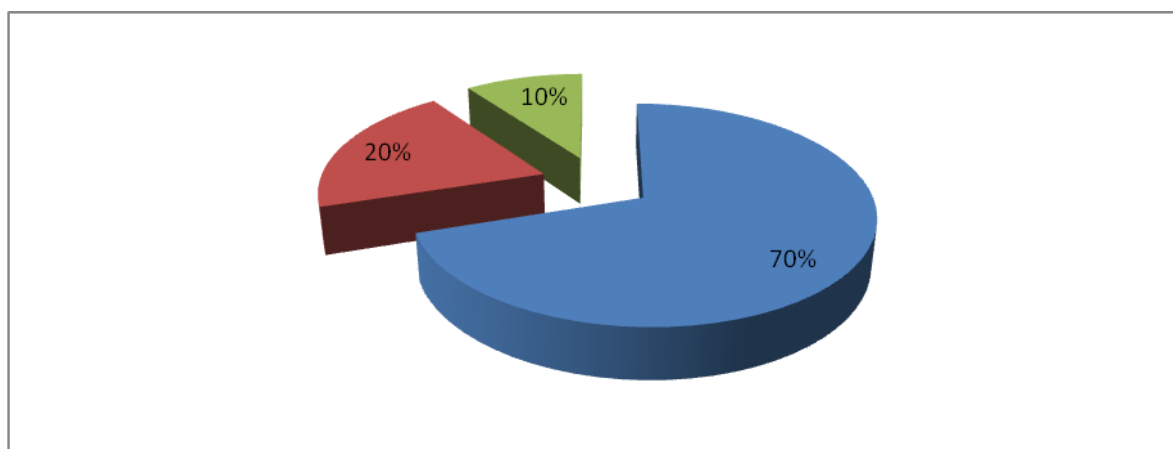
Gráfico 3: Autonomia do professor é afetada pelas condições de trabalho dos Colégios militares?



Fonte: o autor (2018)

Questionados em quantas horas semanais os professores se dedicam aos estudos da profissão, 70% responderam disponibilizar de 0 (zero) a 05 (cinco) horas semanais, 20% de 06 (seis) a 10 (dez) horas semanais e 10% disponibilizam mais de 15 (quinze) horas semanais para o estudo. Em relação a ser ou não esse tempo de estudo suficiente, 70% dos entrevistados responderam que “sim” é suficiente, 30% responderam ser pouco.

Gráfico 4: Você dedica, atualmente, quantas horas semanais para estudos?



Fonte: o autor (2018)

Quando questionados sobre o número de funcionários da instituição ser suficiente para manter as atividades escolares, 90% responderam que “sim” há número suficiente de funcionários e 10% disse que “não”.

Quanto à possibilidade de se fazer uma análise reflexiva de sua prática como docente no seu local de trabalho, 100% dos entrevistados responderam ser possível tal reflexão, sendo que 70% entendem que as condições do trabalho possibilitam essa reflexão e 30% disseram não ser possível refletir no local de trabalho.

4.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE

A seguir serão apresentadas as respostas dos 10 (dez) docentes entrevistados quanto às 03 (três) questões discursivas contidas no questionário, bem como as categorias de análise que surgiram a partir delas:

4.1.1 – Professor como mediador

A primeira categoria destacada se apresenta, por meio das respostas que mais se repetiram na seguinte pergunta: Como você definiria a Função de Professor?

Respondentes:

D1 – Função importante de contribuir no desenvolvimento intelectual dos jovens, p/ que os jovens façam leituras crítica de qualquer texto e conseqüentemente possibilitem que estes desempenhem o papel de cidadão.

D2 – Orientador

D3 – Mediador, contribuinte para a formação do aluno.

D4 – Orientar e auxiliar para a formação de cidadãos autônomos e críticos, além de fortalecer os valores necessários para uma vida em sociedade de forma respeitosa.

D5 – Professor é a profissão mais importante e mais, é uma profissão que requer vocação, pois lidamos com mudança de comportamento, preparando gerações para o futuro.

“Após a mudança para Militar obtivemos mais respeito”, e “Acho que no momento de decidir algumas diretrizes os professores deveriam ser ouvidos”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todo o referencial teórico desenvolvido sobre o tema proposto, pode se considerar que o “Sistema Colégio Militar do Brasil” a partir de suas diretrizes institucionais, evidencia em seu contexto escolar o princípio da disciplina e o da hierarquia militar. Nesse contexto, seu corpo docente que é pautado principalmente por professores civis, que devem cumprir seu ofício docente em conformidade com tais ditames, sem, contudo, serem “engessados” em sua função de professor.

No cotidiano de sua função, o professor precisa tomar inúmeras decisões sobre suas atividades docentes. Tais decisões podem ser definidas a partir de dois entendimentos. O primeiro refere se às condutas externas, ou seja, seu trabalho deve seguir sistematicamente as rotinas de trabalho estabelecidas pelas instituições de ensino, através de normas e regulamentações específicas. E a segunda decisão refere se ao agir autônomo, ou seja, realizar seu trabalho a partir do seu próprio raciocínio pedagógico, considerando suas reflexões e conhecimento profissional.

Tendo em vista, a realidade oferecida pelo estudo em questão, tem se o entendimento de que a conduta autoritária dispensada nos Colégios Militares é um fator positivo para o processo de ensino aprendizagem e para seu corpo docente, vez que essa, além de trabalhar a disciplina de forma mais rígida tanto para alunos quanto para colaboradores, possibilita o estabelecimento da identidade profissional do professor, o que por vez, o faz pensar a educação de uma forma mais ampla e educativa.

Somente a partir da construção da sua identidade profissional é que o professor poderá ir em busca de sua autonomia dentro das instituições de ensino. É preciso que esse antes de querer uma autonomia em sua função, tenha noção de suas reais ações em sala de aula, e como essas refletem no aluno o entendimento de educação.

A partir do questionário elaborado e aplicado aos professores de Ensino Médio do Colégio da Polícia Militar de Goiás Major Oscar Alvéolos – Goiânia/GO,

pode se perceber que poucos dos entrevistados responderam que estão satisfeitos com a autonomia dispensada aos mesmos dentro da instituição. Neste contexto, restou a dúvida sobre se de fato esses professores possuem autonomia na ministração de suas aulas, ou se somente responderam ou não deram uma opinião com o fim de não desagradar à instituição onde trabalha, afinal de contas, é a partir desse trabalho que o professor recebe seu salário mensal para arcar com as despesas diárias.

Fato é que a autonomia traduz se em uma forma de liberdade, de gestão compartilhada, de democracia, contudo, os Colégios Militares conforme já expresso anteriormente, possuem características e normas específicas do militarismo, não podendo assim, oportunizar as vozes dos docentes de forma descontrolada e sem monitoramento.

Dessa forma, as ações decisórias de políticas públicas educativas dentro dos Colégios de polícia militar do Estado de Goiás são centralizadas em determinadas pessoas responsáveis pelo controle e direção dessas instituições de ensino, no entanto, essas são passíveis de novas metodologias e estratégias de ensino oriundas de seus professores, desde que em conformidade com as normas estabelecidas para essa diretriz de ensino, reafirmando o entendimento de que os educadores necessitam adquirir identidade profissional.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Editora, UFSC, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Promulgada em 05 de outubro de 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 de fev. de 2018.

_____. Lei nº 8.125, de 18 de junho de 1976. **Dispõe sobre a organização básica da PM do Estado de Goiás e dá outras providências**. Disponível em: http://www.gabinetcivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1976/lei_8125.htm. Acesso em: 08 de fev. de 2018.

_____. Lei nº 8.125, de 18 de Junho de 1976. **Dispõe sobre a organização básica da PM do Estado de Goiás e dá outras providências.** Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1976/lei_8125.htm. Acesso em: 09 de fev. de 2018.

_____. Lei nº 14.044, de 21 de dezembro de 2001. **Dispõe sobre as unidades do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás (CPMG).** Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2001/lei_14044.htm. Acesso em: 09 de fev. de 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 09 de fev. de 2018.

BRZEZINSKI, Iria. **Profissão Professor: Identidade e profissionalização docente.** Brasília:Plano Editora, 2002.

CPMG - COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **REGIMENTO INTERNO.** De 19 de novembro de 1988. Disponível em: <http://colegiomilitarpmvr.com.br/comunicado/RegimentoPronto.pdf>. Acesso em: 12 de fev. de 2018.

GAUCHE, Ricardo; TUNES, Elizabeth. **Ética e Autonomia: A visão de um professor do Ensino Médio. Pesquisa no Ensino de Química,** 2002. Disponível em: <http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc15/v15a07.pdf>. Acesso em: 12 de fev. de 2018.

APÊNDICE

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO EM
SEGURANÇA PÚBLICA

Roteiro de Entrevista com Professores

Nome: _____
 Unidade em que trabalha _____
 Nacionalidade _____ Data de Nascimento ____/____/____
 Estado Civil _____ Idade _____ Escolaridade _____

INSTRUMENTO DE PESQUISA - QUESTIONÁRIO

01- Seu salário é suficiente para a sua manutenção e de sua família?

- Sim
 Não

02- Você tem outras fontes de renda além do seu salário?

- Não
 Sim

Especifique-as. _____

03- Você passou no vestibular em sua...

- primeira opção e primeira tentativa.
 primeira opção e a partir da segunda tentativa.
 segunda opção e primeira tentativa.
 segunda opção e a partir da segunda tentativa.
 Outras respostas.

Especificar _____

04- Enumere de acordo com o grau de importância os motivos que o(a) levou a escolher seu curso de graduação? O no 1 é o de maior importância e o no 5 o de menor.

- Social (status)
 Financeira
 Familiar
 Por ideal

Outras.

Especifique _____

05- As condições de trabalho em seu colégio militar, durante o sem período probatório, comparadas aos últimos três anos, eram melhores?

Concordo plenamente

Concordo

Sem opinião formada sobre o assunto

Discordo

Discordo plenamente

Ingresso recente na instituição, portanto, tempo insuficiente para comparações

06- Levando em conta as atividades que você realiza, como avaliaria a relação entre essas e a sua carga horária contratada?

adequada

inadequada.

07- As Políticas Educacionais influenciaram a sua rotina como professor(a)?

Sim

Não

Como? _____

08- Autonomia do professor é afetada pelas condições de trabalho dos Colégios militares?

Concordo plenamente

Concordo

Sem opinião formada sobre o assunto.

Discordo.

Discordo plenamente.

09- O "desempenho" quanto às atividades institucionais dos professores que participam constantemente de prestações de serviços fica comprometido? Marque com um X sua avaliação no intervalo (escala) abaixo.

1	2	3	4	5	6	7	8	9

10- Como professor (a) você tem autonomia decisão no cotidiano de seu trabalho?

Concordo plenamente

Concordo

Sem opinião formada sobre o assunto

Discordo

Discordo plenamente

11- As condições objetivas existentes no cotidiano da universidade (recursos materiais, espaço físico, tempo, etc.) propiciam o aprofundamento, principalmente, de sua área de conhecimento?

- Concordo plenamente
 Concordo
 Sem opinião formada sobre o assunto.
 Discordo
 Discordo plenamente.

12- Você dedica, atualmente, quantas horas semanais para estudos?

- de zero até 5 horas semanais
 de 06 até 10 horas semanais
 de 11 até 15 horas semanais
 mais de 15 horas semanais

13- Você considera que o seu tempo gasto com estudo e aprofundamento é suficiente para o bom desempenho de suas atividades docentes?

- Sim
 Não
 Em parte

Explique: _____

14- Há em sua unidade recursos humanos (funcionários) em número suficiente para dar suporte às suas atividades acadêmicas como docente?

- Não.
 Sim.

15- Marque com um X, nas escalas abaixo, como você definiria a relação entre o corpo docente e...

a) A administração da sua unidade:

1	2	3	4	5	6	7	8	9

b) Os funcionários:

1	2	3	4	5	6	7	8	9

16- Há condições no seu dia-a-dia como docente de se fazer uma análise reflexiva de sua prática em relação a sua postura teórica?

- Sim
 Não

17- As condições concretas, objetivas de trabalho, do professor desta unidade são favoráveis a uma auto-reflexão crítica?

- Não
 Sim

Cite as condições que favorecem e também as que impedem essa reflexão.

18- Como você definiria a função de professor? _____

19- Como você descreveria ou definiria a sua autonomia como professor(a) desta unidade de ensino? _____

20- Essa questão está aberta para você, prezado (a) professor fazer suas críticas, sugestões, elogios e desabaços que julgue importantes em relação a sua formação, sua experiência, a sua prática, as suas condições de trabalho desta unidade de Colégio Militar. _____

Goiânia, 20 de Abril de 2018.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura do Orientador